

A Avaliação da Educação Superior no contexto das Políticas Educacionais¹

Vicente de Paula Almeida Júnior*

Resumo: Este texto objetiva fazer uma reflexão sobre a avaliação a partir de sua inserção no contexto das políticas sociais e educacionais. A partir da crise do Estado de Bem-estar, com a passagem do Estado Interventor para Avaliador houve, em todo o mundo, um reordenamento das políticas sociais, calcadas no contexto de descentralização do Estado e nos critérios de eficiência e qualidade, complementadas com uma paulatina 'transferência' das responsabilidades estatais para a comunidade. No Brasil, em especial no caso da educação, destaca-se a implementação de programas de controle de resultados da performance de alunos e instituições, bem como incremento de parcerias entre Estado-Sociedade. A avaliação, no seio deste processo, não só tem obtido importância, mas tornou-se elemento essencial na formulação e gestão de políticas no setor.

Palavras-chave: avaliação da educação superior; políticas sociais; políticas educacionais; Estado Avaliador.

Abstract: The purpose of this text is to discuss evaluation from the vantage point of its insertion in the context of social and educational policies. The crisis of the welfare state, with the consequent move from an interventionistic state to an evaluative state, brought about, throughout the world, a re-ordering of social policies based on the decentralization of the state and on criteria of efficiency and quality, complemented by a gradual "transference" of state responsibilities to the community. In Brazil, especially in the case of education, the implementation of programs aimed at controlling performance results of students and institutions, as well as the development of state/community partnerships gained significant emphasis. Evaluation, in this context, not only gained importance but became an essential element in the formulation and management of specific policies.

Key word: Higher education evaluation; social policies; educational policies; evaluative state.

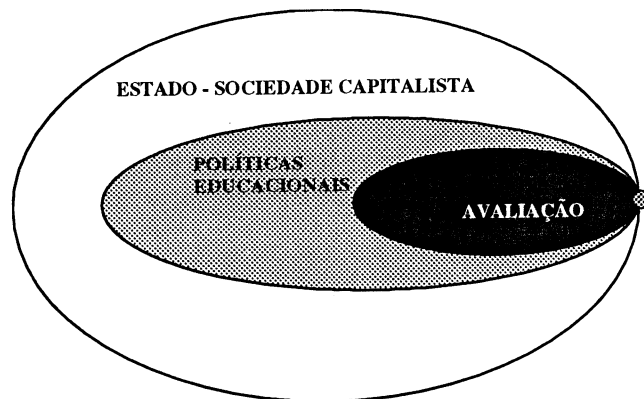
Introdução

Pretendemos com o presente artigo refletir sobre a questão da avaliação no contexto das políticas educacionais. A nosso ver, a avaliação está intimamente ligada à formulação de políticas sociais, em particular, às de educação. Mas a educação, por sua vez, não pode ser corretamente compreendida senão no quadro das atuais transformações políticas, econômicas e sociais, onde se configuram as relações, nem sempre harmoniosas, entre Estado e sociedade. Portanto, a nossa reflexão caminha num sentido de compreender a avaliação no ponto de tangência com as *políticas educacionais - Estado - sociedade*.

Para nós, esse ponto de tangência é fundamental porque revela a especificidade do fenômeno da avaliação e, concomitantemente, traduz o seu significado num âmbito mais amplo, complexo e contraditório quando visto na ótica das mudanças das políticas públicas e das medidas governamentais. A figura a seguir permite vi-

sualizar a nossa preocupação, neste caso, interessada em enxergar tanto a árvore quanto a floresta, isto é, em compreender as relações entre os aspectos micro e macros da questão.

FIGURA 1. PONTO DE TANGÊNCIA ENTRE A AVALIAÇÃO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SOCIEDADE NO ESTADO CAPITALISTA



A fim de alcançar o objetivo que nos propomos, o texto seguirá a seguinte linha de raciocínio.

¹ O autor agradece a oportunidade de discutir as idéias contidas neste texto com os professores José Roberto Rus Perez e Eloisa Mattos Höfling, bem como as sugestões deles recebidas. Agradece, ainda, comentários feitos por Francisco Gonçalves Filho, pela professora Stela Meneghel e professor José Dias Sobrinho.

* Doutorando em Educação UNICAMP/FE. vicjr@obelix.unicamp.br

Brevemente colocaremos as implicações conceituais de avaliação da educação superior, objeto de reflexão do texto, com o intuito de levantarmos a problemática de interesse do artigo: por que cresce o interesse dos governos pela avaliação da educação superior?

Em seguida, trataremos sobre a relação entre *Welfare State* e educação, explicitando a função das políticas sociais e educacionais neste contexto. Procuraremos demonstrar que políticas de avaliação nesse quadro incidem-se principalmente sobre a avaliação de programas, em particular sobre os processos de implementação com vistas à distribuição de recursos para determinado programa social.

Posteriormente procuraremos expor as causas da crise do *Welfare State* para mostrar que o seu desmonte representa a reconfiguração da relação entre Estado e sociedade. Resultante dessa reconfiguração, a educação, antes vista como direito social, passa a ser concebida como serviço individual. Nesse quadro, pretendemos destacar a) figura do Estado mínimo como forma de contração do Estado para com o financiamento da educação (políticas de descentralização); b) figura do Estado máximo, Estado Avaliador, como forma do Estado controlar os resultados produzidos pela instituições universitárias, segundo critérios de eficiência empresarial (políticas de centralização); c) interesse pela avaliação com destaque para a predominância de um tipo de avaliação, colocando a predominância da avaliação de resultados em detrimento da avaliação de processos.

Finalmente, relacionaremos, ainda que introdutoriamente, a Educação e a Avaliação da Educação Superior no Brasil, comentando alguns programas implementados pelo Ministério da Educação (MEC).

1. Políticas Educacionais e Avaliação no Estado de Bem - Estar.

A palavra 'avaliação' contém muitos significados e sentidos. Por isso, como afirma Dias Sobrinho (2001), ela é "plurirreferencial": muda de significado e sentido de acordo com os valores que defende, de acordo com quem os defende, com determinada *intencionalidade*, conforme a base que a fundamenta, conforme a função que pretende obter e, finalmente, de acordo com os destinatários que procura atingir (p.07-19). Neste

aspecto, dependendo da perspectiva escolhida, a avaliação pode ser objeto de emancipação e/ou regulação. Essa é uma de suas complexidades.

Nos últimos anos, é notório o crescente interesse dos governos pela avaliação, em particular, pela avaliação da educação superior. Ela se constituiu e constitui num dos temas centrais na construção e implementação da agenda de reformas realizadas a partir da década de 80 pelos governos de vários países do mundo. Quais são as razões desse interesse? A própria formulação desta questão nos induz a afirmar que a centralidade dada à avaliação não ocorreu por acaso. Assim, para esboçarmos uma tentativa de compreensão a fim de explicar o interesse dos governos pela avaliação e os fatores de-

decisivos para a sua introdução no âmbito das instituições universitárias é necessário, a nosso ver, situar o tema na ótica das mudanças das políticas sociais e educacionais.

Aquilo que se denomina de **políticas sociais**², entre elas, as educacionais, constituiu - se material e ideologicamente como núcleo central das políticas públicas somente com o advento do *Estado de Bem - estar (Welfare State)*. Trata - se de um fenômeno do século XX, em que a provisão de serviços sociais, abrigando as mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva, tornou-se um direito assegurado pelo Estado, elemento chave na intervenção e reestruturação da economia política dos países industrialmente avançados (Arretche, 1995:03). É após a Segunda Guerra Mundial que o fenômeno do Welfare State (WS) encontrou expansão e institucionalização, assegurando um conjunto de programas de proteção social, como o direito à aposentadoria, habitação, saúde, educação.

Neste contexto – a partir dos anos 70 – a educação se consolidou enquanto fenômeno nacional de natureza pública e democrática, integrando a pauta dos direitos sociais e, por isso, contribuindo fortemente para o desenvolvimento econômico e o consumo de massas.

Vários autores apontam para as ambigüidades ou dificuldades existentes de interpretação em relação ao surgimento e desenvolvimento do WS nos países indus-

O mercado, e não mais o Estado - Nação, demarca as fronteiras físicas, políticas, econômicas sociais e culturais entre os países.

2 Para Santos, políticas sociais dizem respeito às ações do governo voltadas para a (re)distribuição de benefícios sociais visando promover os indivíduos à condição de cidadãos frente às desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento sócio - econômico. São ações de natureza **preventivas** (medidas destinadas a produzir o mínimo de desigualdade), **compensatórias** (medidas destinadas a remediar desequilíbrios gerados pelo processo de acumulação) e **social stricto - sensu** (orientadas para a redistribuição de renda e benefícios sociais) (1987: 58).

trializados e a sua conexão com as políticas educacionais. Por exemplo, há argumentos segundo os quais os condicionantes da emergência e desenvolvimento do WS e a sua relação com as políticas educacionais são predominantemente de ordem econômica e, outros, de ordem preponderantemente política (Arretche, 1995: 03-19).

Não pretendemos entrar, ao menos neste texto, nessa discussão. Nossa preocupação é, a despeito das diferentes visões sobre o significado do surgimento e desenvolvimento do WS e a sua relação com as políticas educacionais nos países industrialmente avançados, salientarmos a idéia de educação como *direito social* ao lado de outras garantias sociais. Nos termos de Afonso,

“o Estado - providência passou a ser a fórmula encontrada em muitos países para a gestão das contradições que vão tornar-se cada vez mais agudas, como resultado, por um lado, da necessidade de o Estado ter uma decisiva intervenção econômica, e por outra, de ter que criar condições para atender às novas e crescentes expectativas e necessidades sociais, muitas delas decorrentes do reconhecimento a direitos de cidadania como proteção social, o acesso aos cuidados de saúde e à educação”. (2000: 99-100)

Esse ponto é unânime na literatura que estuda o tema. Por meio de políticas e legislação, o Estado de Bem - estar tem a função de regulador social, isto é, de ajuste tanto da economia como da política (Silva Júnior, Sguissardi, 2001: 104) As *políticas de avaliação* nesse quadro incidem-se basicamente sobre a avaliação de programas, em particular sobre os processos de implementação com vistas à distribuição de recursos para determinado programa social. Isso se fazia fundamental porque a educação no Estado de Bem - estar correspondia à demanda social. E era o Estado o principal agente promotor do financiamento das condições para garantir essa nova demanda que, cada vez mais, ligava-se às necessidades da indústria e produção.

Basta lembrarmos que, conforme Vêrssilier (1983), até à Primeira Guerra Mundial, o gasto público nos países desenvolvidos com programas sociais não absorvia de 10 - 15% do produto interno bruto (PIB). Posteriormente, devido ao aumento do gasto em seguridade social e à criação de empresas públicas, chegou a 25%; e após a Segunda Guerra Mundial o gasto público superou 40 % do PIB, situando-se em muitos países, acima de 50% (Apud Cohen, Franco, 2000: 39).

Os dados colocados acima evidenciam, então, a importância dada a avaliação naquele período para fornecer parâmetros de julgamento para as políticas públi-

cas implementadas pelo Estado de Bem - estar social (Dias Sobrinho, 2001: 07). Não é por acaso que justamente nessa fase a avaliação se profissionaliza, vindo a constituir-se numa atividade de especialistas. E caracteriza-se pelo surgimento de novas reflexões e perspectivas teóricas como, por exemplo, o modo de investigação qualitativo - sem que isto tenha significado o desaparecimento das linhas de avaliação de períodos anteriores, predominantemente quantitativas.

2. Crise do Estado de Bem – estar.

A crise do Estado de Bem - estar marcou o fim de uma etapa no mundo capitalista dos países industrializados que constituiu o bem – estar a partir do Estado (PAIVA, 1991: 188). Contudo, precisamos relacionar alguns condicionantes imbricados nessa crise, a fim de visualizarmos as suas conseqüências, em particular, no campo educacional.

De modo esquemático, apresentaremos alguns. Entre os condicionantes está a chegada da grande *crise do modelo econômico do pós-guerra*, em 1973. Período em que o mundo capitalista avançou numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação (ANDERSON, 1995: 10)

Ligado ao primeiro, outro condicionante tem relação com a modificação na divisão do trabalho e com a substituição do pleno emprego para o desemprego estrutural a partir da automação e robotização da produção e dos serviços. Ambas provocadas pelas três *revoluções técnico-científicas* na microeletrônica, microbiologia e energia nuclear (SCHAFF, 1995: 25-27).

De acordo com Adam Schaff, no livro *A sociedade informática*, as aplicações diretas daquilo que ele chamou de segunda revolução industrial ou “revolução informática” na esfera do funcionamento do Estado são de dois tipos. Por um lado, os avanços da informática contribuíram para a *centralização* e evidenciou a necessidade e as funções do aparato estatal para coordenar e desenvolver todas as operações ligadas à planificação econômica (produção e a distribuição de bens) e à coleta de informações nos mais diferentes níveis, por exemplo, sobre cidadãos, serviços meteorológicos, estudos ecológicos, etc. (1995: 67-68).

Por outro, os avanços da informática contribuíram também para a *descentralização*, ou seja, independência relativa das administrações locais em relação às autoridades centrais no que diz respeito à solução dos problemas econômicos, educacionais, saúde, previdên-

cia social, transporte, segurança etc. (SCHAFF, 1995: 68).

Finalmente, o terceiro condicionante importante para compreender a redefinição do papel do Estado na sociedade diz respeito ao modo como as elites políticas e econômicas - que integram a nova direita - interpretaram e elaboraram estratégias para minimizar os efeitos da crise capitalista de 70. O conjunto dessas ações, consubstanciadas no Consenso de Washington e implementadas nos países da América Latina a partir da década de 80 (GENTILI, 1998: 14) ganharam formato nas *políticas neoliberais*³.

Essas elites assumiram as políticas neoliberais - promovidas pelos seus "principais guardiães", especialmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), herdeira do Acordo Geral de tarifas e Comércio (GATT) (IANNI, 2000: 218) - como única resposta para superar o *déficit* público e estabilizar a economia.

O impacto da ideologia neoliberal na formação econômica, social e política da sociedade é visível em várias ações, já amplamente discutidas por diversos autores: reforma do Estado, privatização das empresas produtivas e lucrativas governamentais; abertura de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas privadas, penetração da micro - eletrônica nos setores secundários e terciários; informatização dos processos decisórios e produtivos, busca de qualidade total nos produtos e programas sociais, trabalhos flexíveis ou despadronização dos contratos no que tange ao tempo, lugar e salário; despadronização e flexibilização da produção; consumo personalizado e sofisticado entre outras (IANNI, 2000:219-220).

Esses efeitos das políticas neoliberais devem, pois, ser compreendidos num contexto mais amplo, em que se configura uma nova realidade complexa e contraditória definida por IANNI (2000) de "*A era do globalismo*":

3 Segundo CHAUFÍ, a economia política neoliberal nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos (entre eles Popper e Lippman) que, em 1947, reuniu-se em Mont Saint Pélérin, na Suíça, com o austríaco Hayek e o norte americano Friedman. Esse grupo contrapunha - se ao surgimento do Estado de Bem - Estar de corte keynesiano. Nas décadas de 50 e 60, mesmo na contramão das correntes teóricas, o grupo elaborou um projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado Providência, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não há prosperidade. Com o início da crise capitalista dos anos 70, tais idéias deixaram de ser letras mortas. Diante de baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação, o grupo de Hayek, Friedman e Popper passou a ser ouvido com respeito porque oferecia a suposta explicação para a crise. Segundo eles, a crise fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e movimentos operários que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado; destruindo, deste modo, os níveis de lucro exigidos pelas empresas e desencadeando incontroláveis processos inflacionários (1999: 03).

"(...)a nova divisão transnacional do trabalho e da produção, a crescente articulação dos mercados nacionais em mercados regionais e em um mercado mundial, os novos desenvolvimentos dos meios de comunicação, a formação de redes de informática, a expansão das corporações transnacionais e a emergência de organizações multilaterais, entre outros desenvolvimentos da globalização do capitalismo, tudo isso institui e expande as bases sociais e as polarizações de interesses que se expressam no neoliberalismo." (IANNI, 2000: 217.)

Uma vez que apresentamos brevemente alguns dos elementos que condicionam a crise do Estado de Bem - estar é fundamental indagarmos agora: qual é o significado dessa crise?

Segundo Silva Júnior e Sguissardi, essa crise representa o desmonte do Estado intervencionista na economia e setores sociais (2001: 104). Para nós, seguindo a mesma linha de raciocínio, a crise do Estado-providência representa a *rearticulação da relação entre Estado e sociedade*. Isso equivale dizer que as políticas públicas e sociais, antes entendida e assumida como direito assegurado pelo Estado, passam a ser opção de consumo individual promovido pelo mercado, através da competição da prestação dos melhores serviços ligados à saúde, previdência, habitação e educação.

O mercado, e não mais o Estado - Nação, demarca as fronteiras físicas, políticas, econômicas sociais e culturais entre os países (IANNI,2000). Os centros decisórios não são circunscritos nos limites territoriais, mas sim por organizações comerciais e industriais em âmbito mundial. Na realidade, no que tange ao funcionamento do Estado, essa grande modificação representa a transição da postura do "*Estado interventor*", condutor da coisa pública para a postura definida por Neave e Van Vught (1994) de "*Estado Avaliador*".

Segundo Almerindo Janela Afonso o Estado Avaliador traduziu a visão de governos conservadores neoliberais que, a partir da década de 80, adotaram o modelo de gestão privada para o setor público (2000: 49). A paulatina transferência de modelo de gestão privada para o domínio público baseou-se em critérios de eficiência, competição, lógica de mercado, privatização e enfoque nos produtos ou resultados dos programas sociais (ibid). Entre outros assuntos, o surgimento do Estado Avaliador colocou na agenda dos governos o problema da gestão das questões sociais. Em particular, no campo educacional, alterou a relação entre Estado e Educação Superior, cujo resultado mais imediato foi a diminuição das despesas públicas para o setor, o que

exigiu a adoção de uma cultura gestonária (calcada nos moldes empresariais) e ao mesmo tempo criação de mecanismos de controle e responsabilização social (Afonso, 2000: 49-50).

3. As Políticas Sociais e Educacionais no contexto do Estado Avaliador

Como já indicamos, com a passagem do Estado Interventor para o Estado Avaliador, no contexto da crise capitalista de 70 (crise do trabalho assalariado, privatismo selvagem das empresas públicas, redefinição do papel do Estado, mudança do modelo de produção fordista para a do modelo de acumulação flexível, violência social), as políticas sociais, antes vistas como direito social, passaram a ser concebidas como serviço individual.

Os problemas ligados à pobreza, trabalho e educação como questão e como figuração pública de problemas internacionais e nacionais, de um lugar politicamente construído (lugar da ação e intervenção por parte do Estado) foram transferidos para o lugar da não política, onde são figurados como dado bruto da natureza a ser *administrada tecnicamente* ou gerido pelas práticas da filantropia (TELLES, 1994:108-111).

Contudo, esse deslocamento foi efeito, segundo Telles, do processo atual de reordenamento da relação entre Estado e sociedade, portanto dos espaços públicos, cuja base de atuação ocorre sem mediações: de um lado se estabelece uma articulação direta com organismos do executivo federal e, de outro, a seleção “pelo alto” das parcerias a serem feitas na sociedade para a execução de programas sociais (1994: 112).

Na prática isso significou um reordenamento comunitário de programas sociais subsidiados pelo Estado e mediados pelos critérios de eficiência e competição do mercado (TELLES, 1994: 113). Critérios traduzidos, aliás, no discurso aparentemente edificante da solidariedade, que no formato moderno (neoliberal) da parceria entre estado e sociedade civil, *transferiu as responsabilidades públicas* na prestação de serviços sociais para a comunidade. Responsabilidade entendida como *noção moral* e não política, isto é, como dever de solidariedade em relação às pessoas. O bem público passou a ser identificado com interesses coletivos de grupos sociais e os espaços públicos foram traduzidos nos termos de participação comunitária (TELLES, 1994: 113).

Enfim, na nova relação ou direcionamento da questão social se verificou o *deslocamento da gestão do social* vinculada a direitos sociais para a gestão do social vinculada à solidariedade na benemerência, cuja respon-

sabilidade deixou de ser da relação Estado-sociedade, passando para a relação comunidade-empresas, organizações não-governamentais e organizações filantrópicas (ibid).

Essa nova relação, no campo das políticas educacionais, em específico em relação às políticas direcionadas à educação superior, implicou em algumas mudanças consideradas como “crença” essencial das políticas da educação superior nas décadas de 70, 80 e nos dias atuais, que podemos sintetizar de acordo com Neave e Van Vught (1994: 377-384):

- Cobrança para que as instituições universitárias fossem mais eficientes na alocação e utilização de seus recursos; sendo responsáveis pelas estratégias de sua “missão”;
- Transferência do modelo de gestão política para modelo de gestão empresarial;
- Exigências para as instituições universitárias corresponderem às demandas de sua região;
- Concentração da responsabilidade das atividades nas mãos das instituições que demonstram excelência;
- Transposição de valores técnicos do mundo dos negócios para o mundo acadêmico.

Diante dessas mudanças em que se insere a educação superior, podemos observar que aos governos cabe estabelecer as diretrizes gerais. Às instituições educativas, cabe elaborar as suas estratégias, implementando-se o conceito de auto-regulação, o que as permitem funcionar com relativa autonomia (SANTOS FILHO, 1999: 13). A execução dessa política compreende certos instrumentos. Menos planejamento central, regulação menos detalhada, mais incentivos e mais *avaliações regulares* e estruturais das instituições e do desempenho dos cursos ou programas (SANTOS FILHO, 1999: 14).

As tarefas do Estado avaliador nessa nova configuração constituem, então, uma racionalização e completa (re)distribuição de funções entre o centro e a periferia de tal modo que o centro mantém o controle estratégico global através de menos, porém mais precisos estratagemas políticos (NEAVE, 1988. Apud SANTOS FILHO, 1999: 16) O Estado estabelece os objetivos de sistema e define os critérios de qualidade do resultado e as instituições decidem como responder às expectativas do governo, ampliando a sua autonomia sobre o como fazer, mas reduzindo, senão perdendo, seu espaço de liberdade sobre o quê e para quê fazer (ibid).

Trata-se do paradoxo do Estado mínimo e do Estado máximo. Mínimo na responsabilidade e promoção das políticas sociais e educacionais. Porém máximo nas políticas de controle, entre as quais destacam-se as políticas de avaliação. Como afirma Gentili, “centralização

do controle pedagógico (em nível curricular, de avaliação do sistema e de formação de docentes) e descentralização dos mecanismos de financiamento e gestão do sistema” (1998: 25).

Nesse aspecto, as políticas de avaliação da educação superior decorreram:

- Da necessidade de implementar mecanismos de controle de resultados, o que torna necessário criar indicadores objetivos que possam medir as performances dos sistemas educativos;
- Da necessidade de dispor sistema avaliativo concreto, prático e fiável dos resultados da ação administrativa, o que só ocorre com a aplicação de provas padronizadas;
- Da necessidade de desregulação financeira e social, introduzindo a lógica de gestão empresarial no âmbito da educação superior;
- Da necessidade de regulação, estabelecendo critérios mínimos de qualidade e eficiência segundo as exigências de mercado (Afonso, 2000:49).

Podemos sintetizar a postura do Estado avaliador em relação à formulação de políticas de avaliação em três grandes conceitos, que, a nosso ver, determinam as tendências das políticas educacionais na atualidade: qualidade, autonomia e avaliação. É lícito dizer que a busca pela qualidade não é social. Mas refere-se a um conjunto de habilidades e competências definidas pelo mercado de trabalho. Trata-se de uma qualidade do tipo empresarial, portanto, mercadológica (DIAS SOBRINHO, 1999).

O incentivo à autonomia não diz respeito ao sentido pedagógico, mas sobretudo financeiro. Por isso a crescente terceirização da gestão das instituições educativas, privatização da educação e valorização das “parcerias” entre empresa e escola, empresa e universidade ou ainda empresa e comunidade.

Finalmente, a avaliação diz respeito não aos processos do trabalho educativo, e sim aos aspectos performáticos das instituições, isto é, de seus resultados. Nessa linha, ela se limita a uma atividade predominantemente técnica ou às questões de operacionalidade, vale dizer, à mensuração dos resultados produzidos pelas instituições no que diz respeito às suas tradicionais funções de pesquisar, ensinar e prestar serviços à comunidade (GOERGEN, 1997: 64). Daí a ênfase nos indicadores quantitativos.

Enfim, a função avaliação dos programas, dos docentes e instituições educativas, num quadro de descentralização dos mecanismos de financiamento e gestão do sistema remete à questão da eficiência ou ineficiência das instituições em se adaptarem às novas exigências sociais. Entendendo que elas funcionem mais como fator de incremento do mercado de trabalho do

que como instituições formadoras e promotoras da cidadania vista, aliás, antes como direito social e atualmente, como “direito do consumidor”.

4. Breve comentário sobre a Avaliação no Brasil.

Na realidade brasileira, principalmente a partir da década de 90, é possível visualizar, concretamente, alguns programas decorrentes dessa nova racionalidade, fundada no tripé qualidade - autonomia - avaliação. Veja, por exemplo, os programas como *Universidade Solidária*, *Amigos da escola*, ENC, ENEM e SAEB, entre outros exemplos. Nota - se que os programas Universidade Solidária e Amigos da Escola partem de uma mesma premissa. O pressuposto de que o esforço voluntário, individual das pessoas e famílias e comunidade é muito mais eficiente, portanto, de melhor qualidade, que as iniciativas do Estado. Esse esforço, contudo, não depende de uma organização social. Mas, sobretudo, da responsabilidade moral e afetiva, vale dizer, da consciência individual das pessoas envolvidas.

Já as iniciativas de avaliação nos níveis da educação básica (SAEB), do ensino médio (ENEM) e da educação superior (ENC), revelam, além daqueles, outros pressupostos. Um é o “*princípio da competição que deve regular o sistema escolar enquanto mercado educacional*” (GENTILI, 1998: 23). Outro é o princípio, mencionado anteriormente neste texto, de centralização/descentralização. Ou seja, uma vez que a educação torna - se uma opção no mercado e não um direito social, é necessário uma poderosa estratégia de avaliação para regular a oferta e medir a qualidade dos cursos oferecidos. Por outro lado, ao mesmo tempo, torna - se necessário transferir as instituições educativas da jurisdição federal para níveis micro, isto é, para a esfera municipal (GENTILI, 1998: 24).

O estudo e análise mais aprofundada desses programas e o seu impacto na esfera educacional deve ser objeto de um outro texto. No entanto, achamos apropriado mencioná - los para mostrar, na realidade brasileira, como a implementação de determinadas políticas educacionais, como as de avaliação conectam com questões bem amplas.

Considerações finais

A nossa intenção com o presente texto foi o de mostrar como a questão da avaliação tangencia - se com as políticas sociais e educacionais, e estas com a crise do Estado de Bem - estar capitalista, num quadro em

que as políticas neoliberais surgem em escala global como alternativa econômica, política e social à crise. Com o advento da primeira crise capitalista de 70, o Estado, julgado pelas elites industriais e empresárias como o verdadeiro responsável pela crise, passou a se eximir da função de financiar, garantir os direitos sociais básicos, como a saúde, previdência, emprego, habitação e educação. Diante dessa realidade, assumiu, como afirmamos, uma nova e contraditória postura, a de avaliador.

Essa nova relação entre o Estado e a sociedade fundamenta-se em três grandes princípios. O da **autonomia** (entendida como financeira), o da **avaliação** (entendida como medição quantitativa dos “produtos” educacionais) e **qualidade** (entendida como habilidades e competências requeridas pelo mercado de trabalho). Esses princípios se coadunam num discurso, por parte dos governos, aparentemente democrático e edificante,

isto é, como forma de propiciar a cidadania. Não revelam, contudo, qual forma de democracia e cidadania se referem, ou seja, igualdade de oportunidades ou igualdade de escolha num mercado altamente competitivo, garantias dos direitos sociais básicos ou garantias de consumo individual.

A nosso ver, esses são alguns dos pontos que passam a discussão em torno das políticas educacionais, entre elas, as de avaliação da educação superior. São discussões complexas que não se pretende esgotar neste texto. Basicamente procuramos compreender o fenômeno da avaliação da educação superior de um modo mais amplo, a partir da conexão de conceitos aparentemente díspares (avaliação, autonomia, qualidade, políticas públicas, políticas sociais, Estado bem-estar, Estado avaliador, neoliberalismo, globalismo), tão caros à nossa interpretação da realidade educacional.

Referências bibliográficas

- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: emancipação e regulação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.). **Pós - neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARRETCHE, M. **Emergência e desenvolvimento do welfare state: teorias explicativas**. BIB. Rio de Janeiro, n.39, 1995.
- CHAUÍ, M. Universidade operacional. In: **Avaliação - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, SP, v.4, n.3, pp. 03-08, set. 1999 (caderno CIPEDES).
- COHEN, F., FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, SP, v.4, n.3, set. 1999.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, SP, v.6, n.3, set. 2001.
- GENTILI, Pablo, A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995, cap.4.
- GENTILI, Pablo, A. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOERGEN, Pedro. A avaliação Universitária na perspectiva da pós-modernidade. In: **Avaliação-Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, SP, v.2, n.3, pp. 53-65, set. 1997.
- IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- NEAVE, Guy, VAN VUGHT, Frans A. **Prometeo Encadenado: estado y educación en Europa**. Barcelona: Gedisa, 1994.
- SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SANTOS FILHO, J.C. Análise teórico - política do Exame Nacional de Cursos. In: **Avaliação - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, SP, v.4, n.3, pp. 09-24, set. 1999.
- SILVA JÚNIOR, J. dos Reis, SGUISSARDI, Valdemar. **As novas faces da educação superior no Brasil: reformas do Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SCHAFF, A. **A sociedade informática**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- TELLES, V. S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: Dagnino, E. (org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 1994.